

A FUNDAÇÃO DE ANGRA DA ILHA TERCEIRA. PROGRAMAS E PRÁTICAS URBANÍSTICAS NA CONSTRUÇÃO DE UM
PORTO ATLÂNTICO (SÉC. XVI)
THE FOUNDATION OF ANGRA ON TERCEIRA ISLAND. URBAN DESIGN AND THE CONSTRUCTION OF A SIXTEENTH-CENTURY
PORTUGUESE ATLANTIC PORT

Antonieta Reis Leite*
antonietaleite@hotmail.com

RESUMO: Através da análise histórico-morfológica de Angra (Ilha Terceira, arquipélago dos Açores, Portugal), cidade de fundação quinhentista, este artigo investiga a transposição ao mundo atlântico, em construção no século XVI, de regras de gestão territorial e modelos urbanísticos com origem no processo de composição de Portugal medieval, reformulados nas ilhas atlânticas e depois transpostos ao resto do espaço atlântico português em construção. O artigo relaciona o estudo da morfologia urbana, sobrepondo à cartografia atual, dados e fontes históricas e investigação recentemente publicada sobre as vilas fundadas no arquipélago.

PALAVRAS-CHAVE: Angra (Terceira, Açores), Urbanismo, Sesmarias urbanas.

ABSTRACT: Through a historic-morphologic analysis of Angra (Terceira Island, Azores archipelago, Portugal), this paper investigates the transposition to the Atlantic world, during the 16th century, of land reclamation laws and urban models originating in medieval Portugal, reformulated in the Atlantic islands and after implemented on the rest of the Portuguese Atlantic area. The research is supported by the interrelated analysis of historical data, namely documents on land donations, on recent published research on the cited places, and urban morphologic analysis.

KEYWORDS: Angra (Terceira, Azores), Urbanism, Land grants donation.

Introdução

Os processos de colonização, domínio de território e definição de fronteiras depositaram, sempre, na fundação de cidades um papel central e estratégico. Não foi diferente no caso português, cujo império de mar se construiu, em grande medida, por cidades que se consubstanciaram numa rede de portos interligados. O urbanismo, e a urbanística, através dos agentes e práticas que o integram e interpretam destacam-se como ferramentas instrumentais essenciais à concretização e materialização dessa estratégia, pelo que o seu estudo, através de estudos de caso concretos, por maioria de razão, revela-se como parte essencial para a compreensão do processo global (ROSSA, 2014). Neste artigo, estuda-se, pela análise e reconstrução histórico-morfológica, o caso da fundação de Angra na Ilha da Terceira nos Açores, vila desde cerca de 1474 e cidade e sede episcopal desde 1534.

Angra é de todas as urbes açorianas a mais descrita e desenhada, embora os primeiros registos bibliográficos e cartográficos datem já do último decénio de quinhentos,

*CES Universidade de Coimbra e CHAM Universidade NOVA de Lisboa/ Universidade dos Açores.
Este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento financiado pela FCT: *10 Vilas de Fundação nos Açores (séc. XVI). Urbanística e Ordenamento do Território na colonização do Atlântico.* (FCT SFRH/BPD/93497/2013)

quando estavam passados cerca de 150 anos sobre o início da ocupação do lugar e mais de um século sobre a sua fundação em sede de capitania, no ano de 1474. Gaspar Frutuoso (1998), em *Saudades da Terra*, no final do século XVI, dá conta de uma cidade consolidada, longe já do que terá sido a urbe na sua forma original, entretanto absorvida pelo rápido crescimento urbano potenciado pelo seu valor estratégico e portuário, demonstrado nomeadamente pela sua integração como escala da Carreira da Índia e pela instalação em Angra da Provedoria da Armada em 1527 (MATOS, 1985; MATOS, 2008).

Conta o primeiro cronista que:

Está esta cidade situada ao modo circular, quase redonda, em um baixo vale e nos outeiros que a cercam [...] Está toda mui bem situada, com muitas ruas largas e cordeadas com as bocas ao mar, que as fazem muito graciosas, com uma rua mui larga que as travessa e parte todas pelo meio de um cabo da cidade até o outro. Tem casas sumptuosas e tem delas de dois sobrados, edificadas todas por boa e gentil ordem, como cabeça de todo o bispado destas ilhas [...] (FRUTUOSO, 1998, Livro VI, p. 12).

A mesma cidade cosmopolita foi retratada pelo holandês Jan Huygen van Linschoten, instalado em Angra entre 1589-1592, que a reproduz num levantamento sobejamente conhecido mas que vale sempre a pena relembrar. Até porque, a precisão e o detalhe com que representa Angra, no conjunto da sua malha urbana e mais destacados edifícios, coloca-o de imediato como uma das principais fontes para a história da cidade (LINSCHOTEN, 1997). (Fig. 1)

As crónicas que nos chegaram dos séculos seguintes acompanham no essencial os registos citados, acrescentando apenas, naturalmente, as obras mais importantes entretanto levadas a cabo. De que são exemplos o caso do Castelo de São Filipe, rebatizado como São João Baptista após a Restauração, construído no sopé do Monte Brasil; ou o Colégio novo dos Jesuítas, em 1608. (CHAGAS, 1989; CORDEYRO, 1981; MALDONADO, 1989; MONTE ALVERNE, 1988)

Com exceção da praça da cidade, hoje Praça Velha, aberta em 1611, não se guarda registo de nenhuma obra exclusivamente urbanística e, nesse sentido, (re)estruturante da malha, comprovando que o tecido urbano angrense se encontra genericamente estabilizado desde o último quarto de quinhentos, quando Angra acumulava já o título de cidade e sede episcopal.

Restam, contudo, mais de 100 anos a precisar de averiguação, no período entre 1474 e o retrato da cidade consolidada, feito por Linschoten (1997). E é aqui que dados novos obrigam a rever a historiografia tradicional, porque esta, fundamentada apenas nos dados acima enunciados, por muito tempo os únicos disponíveis, e referentes (como se disse) à cidade consolidada, afirma que Angra se estruturou desde início nos eixos cruzados da Rua da Sé e da Rua Direita, tendo a praça como ponto central e os referidos eixos como geradores da malha geométrica que a partir daí cresceu, defendendo que este desenho de marca renascentista rompeu com a tradição medieval (FERNANDES, 2008; TEIXEIRA; VALLA, 1999). (Fig. 2)

No sentido de melhor compreender esta questão, será útil sobrepor à cartografia atual os dados da carta de Linschoten e tentar de forma regressiva conjeturar sobre o passado desta malha. (Fig. 3)

Assim, metodologicamente, este estudo apoia-se na análise morfológica, mas também na restrita documentação diretamente relacionada com a construção da vila, procedendo à reconstrução do processo de fundação e evolução urbanística de Angra até alcançar a forma urbana de cariz consolidado e já fortemente documentada e registada que ainda hoje se plasma na planta de Angra.

De forma a sistematizar a informação e melhor enquadrá-la na temática em discussão no dossiê, o artigo estrutura-se em apenas três tópicos ou três momentos da evolução urbana de Angra, que se julga serem fulcrais para a compreensão global do processo de urbanização do lugar, e a que correspondem segmentos, ou unidades morfológicas, para usar uma linguagem mais técnica (CONZEN, 1969, p. 137), que progressivamente construíram e consolidaram a malha urbana da cidade.

São eles: a identificação da malha urbana fundacional medieval da vila cabeça da capitania de Angra, nos pontos *Povoamento e urbanização* e *O casario e a igreja do Salvador*; a expansão da malha com a construção da Rua Direita ou Rua Principal; o ponto *O primeiro ensanche* e a reestruturação da malha após a elevação a cidade e cabeça do bispado, com a construção da Sé e a afirmação da Rua da Sé como um elemento redefinidor de todo o tecido urbano; e a sequente construção de uma praça urbana, enquanto tipologia morfológica, já no século XVII, no ponto *A consolidação da malha*.

Para trás ficam outras parcelas, equipamentos e edifícios também relevantes, mas não essenciais para uma leitura mais global e genérica sobre a evolução da malha urbana de Angra e sobre a sua individualidade e autenticidade tanto quanto para a sua compreensão enquanto porto de chegada e de partida, e assim de experimentação, de agentes e práticas urbanísticas que progressivamente se estenderam ao resto do espaço atlântico português Quinhentista (LEITE, 2015a).

Povoamento e urbanização

1474 é um ano decisivo no contexto colonizador da Terceira, sendo a ilha dividida em duas capitánias, em dois territórios administrativos distintos, um com sede na Praia, o segundo com Angra por cabeça. As cartas de entrega dos territórios recém-formados aos seus capitães, respetivamente Álvaro Martins Homem na parte da Praia (ARRUDA, 1989, p. 163-165) e João Vaz Corte Real em Angra (ARRUDA, 1989, p. 173-176), constituem-se como os primeiros documentos hoje conhecidos para a história angrense, podendo por eles aferir-se que desde data indeterminada e até 1474, Álvaro Martins Homem, a partir desse ano capitão da Praia, ocupava a área de Angra onde havia estabelecido um assentamento.

Sobre esse primeiro assentamento pouquíssimo se sabe em concreto. Pelos documentos de doação entende-se que Martins Homem tinha já instalado vários moinhos ao longo da ribeira que corria do interior norte até à baía, benfeitorias pelas quais Corte Real estava obrigado a indemnizá-lo. Mas a configuração e dimensão deste primeiro lugar é uma incógnita e a ordem do donatário, só por si, não contribui para esclarecer o assunto. Em teoria, pode-se admitir que o próprio Álvaro Martins Homem e outros povoadores tivessem já procedido a outras construções além dos moinhos e da canalização da ribeira para os fazer mover, como a tradição local propõe, nomeadamente para o castelo e para a casa do capitão.

Porém, atendendo ao carácter experimental que determina a fase inicial de ocupação dos territórios açorianos, é fácil admitir que o núcleo de povoamento, em si, seria apenas um assentamento sem grande amplitude demográfica ou física, e que esses equipamentos, a terem sido construídos, seriam ainda de cariz muito rudimentar. De resto, no que toca ao processo de ocupação terceirense e em particular ao processo de ocupação de Angra, é de acreditar que apenas após 1474 se tenha verificado um impulso significativo, coincidindo com o esforço colonizador dinamizado durante a vigência de D. Beatriz, viúva do donatário D.

Fernando, à frente da donataria (entre 1470-c.1483) em nome dos filhos menores. (LEITE, 2015a; LEITE, 2014b)

Admite-se, portanto, que de forma ainda incipiente as raízes do processo de ocupação urbana estivessem lançadas antes de 1474, mas não de forma consistente.¹

Ao mesmo tempo é crível que a formulação administrativa de criação da capitania em 1474 encontre correspondência procedente na fundação da vila. Parece aliás natural e óbvio que a definição dos limites territoriais da capitania se clarifique igualmente na estrutura administrativa, nomeadamente concelhia, que tradicionalmente desde tempos recuados da nacionalidade assegura a gestão das gentes e da terra.

Se assim for, a fundação da vila e a criação da capitania terão sido processos simultâneos e indissociáveis, apresentando-se como uma hipótese muito provável que a vila se tenha também fundado no ano 1474, sendo nesse mesmo ano o primitivo lugar elevado a cabeça do território recém-formado.

Por outro lado, é consensual no seio da história do urbanismo que a contextos político-administrativos mais fortemente estruturados corresponde, por norma, um maior planeamento e conseqüentemente malhas urbanas morfologicamente mais claras e que exprimem uma regra imposta *top-down*. A determinação urbanística que desenha uma cidade de fundação resultará, assim, evidente no tecido construído, reconhecendo-se o desígnio e as regras compositivas que o fundamentam, enquanto as malhas urbanísticas resultantes de processos políticos e administrativos mais informais, ou indefinidos, resultarão em formas não necessariamente geometrizadas.

A historiografia identificou também a persistência de um “programa tipo” para os processos de fundação de cidade, que na idade média informou os processos de colonização, definição de fronteiras e fundação de vilas na Europa (BETRAN ABADIA, 1992). Esse programa estruturava-se sempre em torno dos três elementos-base a qualquer fundação: igreja, casario e defesa; equipamentos que se articulavam de forma flexível sobre diferentes territórios, promovendo uma conjugação variável de planos urbanos, consoante as necessidades

¹A Ilha Terceira teve como primeiro capitão Jácome Bruges, flamengo, criado do donatário das ilhas, o Infante D. Henrique, que lhe atribuiu a ilha como uma capitania em 1450, para em nome dele a povoar. Jácome de Bruges instalou-se na zona da baía da Praia, mas a sua morte sem descendência capaz de assumir a capitania ditou o fim de um processo de povoamento sem sucesso, sendo a vila da Praia (re)fundada após a divisão da ilha em duas capitanias, pela mão de D. Beatriz em 1474. Sobre o processo de fundação da vila da Praia consulte Leite (2012).

específicas de cada lugar, estratégia que se encontra em diversas geografias, nomeadamente nos reinos peninsulares e que foi aprofundadamente estudada por Luísa Trindade para o caso da construção medieval do território português (TRINDADE, 2013). (Fig. 4)

Apenas com base nestas premissas pode, desde logo, propor-se que em Angra se está, aparentemente, perante um caso de vila de fundação, que tem o urbanismo como um dos mais fortes indicadores da formalização do processo.

De facto, em Angra, observa-se com clareza a existência de um complexo morfológico com características fundacionais na denominada retícula angrense, cuja geometria e principalmente extensão é invulgar no contexto urbanístico português da época. Em termos sumários, essa área planeada fica demarcada a nascente pela ribeira canalizada, mais concretamente pelos lotes construídos ao longo da Rua Direita e da margem esquerda do canal, a sul pelo contorno natural da baía acompanhado pelo arruamento denominado Rua da Rocha, a poente por São Gonçalo e pelo arruamento que passa na sua parte traseira prolongando-se até à Rocha e, finalmente, a Norte pela Rua da Sé, sendo eventualmente de considerar alguma extensão além desse eixo, integrando a zona onde no século XVII se instalaram os jesuítas e que, segundo mostra Linschoten (1997), no final de Quinhentos estaria já estruturada por quarteirões, posteriormente eliminados pela construção do colégio novo.

Mas esse complexo morfológico fundacional identifica-se também em grande medida pelo recurso a uma urbanística distinta da utilizada nos processos informais que se configuraram em outros espaços da baía, como unidades morfológicas autónomas que, simplificada, correspondem aos bairros periféricos à malha de fundação angrense, ainda hoje bem identificados no tecido urbano. Estruturas que se estabeleceram com anterioridade, possivelmente o caso do Outeiro, ou até ao mesmo tempo em processos contemporâneos do plano de fundação, em investimentos de loteamento privado, como o Corpo Santo. (Fig. 5)

Contudo, o próprio tecido urbano da retícula desenvolveu-se por etapas que podem ser identificadas a partir das particularidades e características de cada subconjunto que a completa, constituindo-se como unidades morfológicas diferenciadas. Assim se construiu uma malha que, apesar de se compor de diferenças, tem a sua unidade interna assegurada por uma potencial matriz metrológica uniformizadora, resultante de um processo regulado de entrega de terra em regime de sesmaria, com vista a atrair povoadores à nova cidade.

O casario e a igreja do Salvador

No sentido da definição mais precisa de uma cronologia e diferenciação dos vários segmentos da malha, há ainda a juntar à análise morfo urbana, o conjunto de dados documentais referentes ao processo de construção do casario da vila de Angra, um conjunto que é curto, mas que inclui elementos muito pertinentes para a presente análise. Resumidamente trata-se de documentação relativa à doação de dois lotes urbanos a povoadores da vila nova e documentação referente a uma outra parcela urbana, esta já consolidada em propriedade na rua por trás da capela de São Salvador, na atual Rua do Salinas, indiciando que esta rua e necessariamente este quarteirão estariam já consolidados morfologicamente no início de Quinhentos.

O documento mais antigo do conjunto enumerado data de 1501 e respeita a uma parcela de terreno urbanizável situada junto ao adro da "*igreja nova do Salvador*", atual Rua Carreira dos Cavalos (GREGÓRIO, 2002, p. 89-91).

O segundo trata-se de uma carta de dada em sesmaria, datada de abril de 1504, referente a um "*chão pera casas que he nesta villa d'angra, no çimo da rrua prinçipall*", ou seja da Rua Direita² (GREGÓRIO, 2002, p. 77-78).

A documentação sumariamente apresentada é significativa pelos dados que aporta. Registe-se desde logo como a proximidade temporal dos diplomas (1501 e 1504) permite delimitar uma janela temporal para a concessão de terras urbanas, coincidente com uma área alargada, ao tempo, em processo de urbanização. Ao mesmo tempo que limita a área que entre esses dois pontos estaria já consolidada e onde se encontra o lote referido na documentação como situado na "*rrua sprouica que ay per detrás da capella da jgreja do salluador desta villa*" e que em 1509 estava já em processo de revenda. (GREGÓRIO, 2002, p. 121-123)

A cronologia dos factos urbanos conhecidos, bem como a lógica fundacional portuguesa instituída, sugerem que os quatro quarteirões limitados entre a Rocha e a Rua da Sé, respetivamente a sul e a norte, e pela Rua de São João e Rua do Salinas, nos limites nascente e poente, correspondam aos quarteirões originais do núcleo fundacional.

²Espaço tratado no ponto seguinte do artigo.

Quarteirões estruturados internamente pela Rua da Palha (no sentido Norte – Sul) e pela Rua da Rosa, no sentido inverso. (Fig. 6)

Assim, na continuidade de práticas medievais há muito estabelecidas e rotinadas no continente, em Angra, o castelo nasceu alcantilado no outeiro que pelo norte protege a urbe, dissociando-se do casario, servindo apenas como recurso último de abrigo à população em caso de ameaça de invasão da ilha. A igreja e a primeira mole de quarteirões, o casario, ter-se-ão localizado na zona mais protegida da baía, à direita da ribeira, desde cedo nomeada Ribeira dos Moinhos, que descia do norte até ao mar, passando pelo castelo, acautelando assim a necessária distância de segurança em relação à ribeira e à costa.

Recorrendo à cronologia possível, veja-se como de 1486 data a primeira nomeação conhecida de um vigário para a igreja do Salvador, como se entende do documento transcrito na Fénix Angrense pelo Padre Manuel Maldonado no séc. XVII, sob o título “Copia do Aluará por onde forão criadas as Capellas das Missas dos Infantes” (MALDONADO, 1989, p. 117), fundamentando a ocupação da área pela estrutura fundacional ainda no último quartel do século XV, após a entrega da capitania em 1474 a João Vaz Corte Real.

Refira-se que estes documentos são importantes também por permitirem localizar com maior certeza a primitiva igreja do Santo Salvador, destruída para dar lugar à nova Sé, nomeadamente pelas referências às ruas que a envolvem e à localização da porta em frente da atual Rua do Barcelos, bem como pela concavidade acentuada no quarteirão que lhe ficaria atrás, uma provável cicatriz deixada no tecido urbano pela desaparecida cabeceira da velha matriz.

Factos tão mais relevantes quando, até hoje, não foi possível proceder-se a prospeções arqueológicas na área.

Mas note-se também a proximidade da igreja ao casario inicial, garantindo contudo o seu isolamento no cumprimento do plano fundacional tipo estudado para o caso português medieval por Luísa Trindade, acima exposto e que prevê a excentricidade da igreja relativamente ao casario (TRINDADE, 2013, p. 83-190). E ainda a lógica associada a qualquer ocupação planeada que, preferindo a proximidade à água não vai, logo de início, colocar-se em cima dela, não obstante nas fases seguintes de crescimento ser habitual conquistar-lhe

as margens e também muitas vezes o leito, de resto, terá sido precisamente esse o caso em Angra.

Acresce ainda que a unidade morfológica original aparece destacada não só na cartografia atual, onde se evidencia como um grupo de quarteirões diferenciados da malha, mas também na cartografia antiga, nomeadamente no retrato de Linschoten, onde os quarteirões aparecem claramente destacados. Designadamente pela extensão da Rua da Palha, no sentido do interior da ilha, sendo este, de entre todos os arruamentos da retícula, o único que conhece um prolongamento tão acentuado de clara penetração no *hinterland*.

O crescimento posterior ter-se-á processado nos sentidos nascente e poente deste primeiro núcleo, sendo provável, a julgar pela densidade construída, que com mais determinação na área a nascente da unidade morfológica fundacional base, precisamente os quarteirões definidos pela Rua Direita e Rua de São João acima mencionados.

Um outro dado a distinguir da documentação tem que ver com a metrologia (Fig. 6). Com efeito, a conjugação das medidas na documentação, com a análise morfológica da malha, permite (re)construir um possível sistema modelar base de cariz estruturante para todo o tecido da retícula. Partindo da unidade de medida 12 varas de medir pano (11 metros), unidade definidora da profundidade das duas parcelas conhecidas entregues para urbanização da área. Medidas conferidas na já citadas doações situadas em duas ruas distintas e distantes, o que por si só validaria o pressuposto de os mesmos princípios serem válidos e constantes para toda a malha, não fora o desenho urbano, ainda hoje, deixá-lo também evidente.

De facto verifica-se que a malha urbana fundacional de Angra, e não apenas o conjunto de quarteirões iniciais, está unificada por um sistema modelar base de cariz estruturante. Base essa que se manteve constante pela “lei da persistência do plano”, não obstante a partição e repartição da terra ao longo dos séculos da sua história. Refira-se que nem mesmo a destruição massiva do forte terramoto que em 1980 destruiu 80% do edificado, (LEITE, 2014a) conseguiu apagar essas marcas ainda detetáveis na cartografia e cadastro atuais. Não obstante se note uma diluição progressiva das linhas matriz, em especial nos topos interiores dos lotes pela ocupação intensiva dos logradouros internos.

O primeiro ensanche

Passemos à análise do próximo momento da evolução da malha urbana, protagonizado pela abertura da Rua Direita.

A Rua Direita de Angra apresenta-se como um elemento excepcional da malha, desde logo pela sua expressão morfológica distinta do conjunto, mas também pela sua especificidade programática. Com efeito, encontra-se mais facilmente justificação para esta rua, tanto para a sua morfologia como para a sua funcionalidade, se a entendermos como uma componente particular, um equipamento urbano com desígnio próprio mas vital para a cidade cosmopolita em que Angra se tornou ao longo do século XVI.

Será, pois, acertado encarar a rua direita de Angra como um projeto especial e estudá-la nessa perspetiva exclusiva, de espaço público programado e cuja morfologia se distingue por decorrer precisamente de um processo dirigido. Ou seja, salientar o facto desta rua se ter construído conscientemente com a função de espaço público principal da cidade, distinguindo-se de outras ruas direitas que em Angra poderiam existir. Aliás, em meados do século XVI, existia pelo menos mais uma rua direita em Angra, a Rua Direita que vai para Santa Catarina – hoje Rua de São Pedro, contudo, apenas uma, aquela de que agora tratamos, seria a principal.

De resto, não será descabido lembrar aqui que as ruas principais das cidades podiam designar-se por outros nomes que não rua direita, nomeadamente rua dos mercadores, das tendas, ou das fangas, são terminologias que aparecem com frequência.³ Em todo o caso registre-se a consistência a nível funcional destas nomenclaturas, incluindo sempre a principal função de dinâmica urbana como mote, isto é, o comércio. Mas nem todas estas ruas principais, ao contrário da de Angra, foram projetadas como tal, esta foi uma função que lhes adveio da localização no trajeto que seguiam e não da intenção dirigida de um qualquer poder, e essa diferença tem uma tradução material que se regista na ordem e cuidado impostos à sua construção.

³Esclarecendo esta questão, sem contudo fugir ao equívoco gerado pelo topónimo rua direita, leia-se a síntese de Ângela Beirante sobre a questão: Em grande número de cidades portuguesas as ruas principais e mais directas distinguem-se como “ruas direitas”. O nome “rua nova” ou “rua formosa” que vemos aplicado às ruas principais de cidades como Lisboa, Porto e Tavira; ou de “rua ancha”, que se encontra em Évora, ruas que primam pela regularidade e grandeza, são o resultado de intervenções urbanísticas inovadoras. (BEIRANTE, Maria Ângela. Espaços de Sociabilidade nas Cidades Medievais Portuguesas. In: *O Ar da Cidade: Ensaio de história medieval e moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 57).

Em Angra observa-se que um verdadeiro complexo cívico, financeiro, comercial e residencial veio a crescer, na zona baixa do vale, próximo do mar e do porto natural, numa área inscrita entre a ribeira dos moinhos e o casario programado pelo plano fundacional onde se criou um espaço residual, um rossio, no qual progressivamente, mas em ritmo acelerado, se começaram a implantar edifícios e equipamentos de apoio à organização administrativa e social da vila em construção.

Parece, pois, provável que a conformação tomada pela Rua Direita de Angra, pelas particularidades que a caracterizam, nomeadamente a sua dimensão e programa, seja uma consequência direta da importância entretanto adquirida pela cidade no contexto da construção do império e das novas redes que no século XVI se teciam no atlântico, mas ainda desconhecida quando o processo fundacional teve início (MATOS, 2008).

A extraordinária largura desta via (12 varas de medir pano, ou seja, 11 metros), aliada aos alçados quase contínuos das suas frentes que se prolongam além dos 250 metros, apenas interrompidos por estreitas travessas de cerca de 3 metros, confere características únicas a este espaço, apenas justificáveis pela dimensão funcional que albergava. O que, desde logo, põe em causa a tese defendida pela generalidade dos autores de que esta seria a primeira rua da retícula (FERNANDES, 2008; TEIXEIRA; VALLA, 1999).

Mais do que um arruamento ligando de modo “direto” a principal porta da cidade, a porta do mar, ao centro cívico, o espaço onde estavam o pelourinho, a câmara e a praça/mercado, esta rua vale como um equipamento urbano programado.

Observe-se, na planta de Linschoten, como a própria praça se inclui integralmente no espaço da rua. A praça/mercado de Angra é em boa verdade um troço da enorme praça que é a Rua Direita, pois pelourinho, chafariz e edifício camarário, embora no seu conjunto conformem as funções de praça, morfologicamente estão totalmente inseridas no espaço alinhado que é a Rua Direita, que na sua dimensão global se comporta mais como uma unidade onde funcionam todos esses equipamentos. (Fig. 1)

É que a construção da Rua Direita, com as características que se lhe enunciou, em boa medida dispensou a construção de uma praça, no sentido de tipologia urbana como hoje a entendemos, já que, pela sua expressão urbanística, esta rua principal conseguiu albergar

todas as funcionalidades materiais e simbólicas que de futuro caberão nas praças programadas (ANDRADE; ROSSA, 1998).

A consolidação da malha e a conformação da praça

No contexto internacional, a historiografia há muito chamou a atenção para o facto de muitas cidades medievais europeias, nomeadamente as cidades de fundação, não incluírem no seu programa base uma praça (TRINDADE, 2013). Não restando dúvidas que também as cidades de fundação medieval portuguesas não contemplaram nunca esta estrutura morfológica da sua composição programada, embora a dimensão funcional, a praça/mercado, tenha estado sempre presente (ROSSA; CONCEIÇÃO; TRINDADE, 2008).

Sem que os tecidos urbanos programados contemplassem na origem um espaço exclusivo para albergar a função, os mercados instalaram-se nos vazios urbanos conformando progressivamente o espaço à utilidade introduzida. Foram os rossios, os campos e os terreiros, quando não apenas um alargamento de via, que acolheram e assumiram esse papel, mas também, e em grande parte das vezes, os adros. Terá sido, de resto, por essa razão que se tomou o adro e por consequência a igreja, durante muito tempo como elementos de centralidade. Atribuindo à igreja, ao seu adro e ao mercado que aí se realizava a primazia como espaço central e aglutinador da vida citadina, lugar a partir de onde a cidade depois crescia.

Mas a observação da realidade das cidades de fundação veio constatar precisamente o inverso, nem a igreja ocupa em caso algum, desde a origem, um lugar central, nem tão pouco a praça, que, em rigor, enquanto tipologia morfológica urbana sequer existia. Sendo que a praça/mercado, na sua dimensão funcional, se instalou sempre em espaços periféricos e residuais dos conjuntos urbanos durante a época medieval, não obstante gradualmente muitos deles tenham sido absorvidos pelo tecido em evolução, precisamente o caso dos adros e das igrejas.

Apenas com a transição para o século XVI surgem os primeiros casos inequívocos de construção de praça no sentido de tipologia urbanística, mesmo que a ela se encontre associada (entre outros equipamentos) uma praça/mercado como elemento funcional. É o “emergir da centralidade” (TRINDADE, 2013, p. 687-688).

Em Angra, como nas restantes vilas açorianas, (LEITE, 2015a) verifica-se que o programa fundacional não integrou nunca a praça como elemento morfológico programado, não obstante a praça na sua dimensão funcional de mercado tenha estado sempre presente.

Mas se em Angra não se projetou uma praça, quer no programa original, quer como se viu, na fase sequente de crescimento, projetou-se, em troca, uma *rua principal* onde couberam, à exceção da igreja matriz, todos os equipamentos que no dealbar do século XV português vinham conformando funcional e materialmente a praça enquanto elemento urbano. Assim, enquanto projeto urbanístico pode dizer-se que a rua principal de Angra se faz equivaler às praças programadas.

Por fim, embora de relevante importância, vale também a pena referir que a Rua Direita de Angra, na sua conformação e funcionalidade, apenas encontra espelho nas maiores cidades do país, nas Ruas Novas de Lisboa (CARITA, 1999; GONÇALVES, 1996) e Porto (AMARAL; DUARTE, 1985; COSTA, 1996; AFONSO, 2000), ambas de iniciativa régia abertas como ruas principais e também associadas à vocação portuária, localizando-se em zonas ribeirinhas.

Por outro lado, no contexto urbanístico de quinhentos terão sido muito poucas as ruas desenhadas com tamanha largura em Portugal, facto que realça ainda mais a importância da Rua Direita de Angra.

Apenas em 1611 a Praça de Angra ganhou uma nova configuração e dimensão, autonomizando-se da Rua Direita. O projeto que nesse ano tomou forma ganha extensão pelo recuo acentuado do edifício camarário, até então alinhado com a frente nascente da Rua Direita, conformando efetivamente, e finalmente, uma praça enquanto especificidade tipológica urbanística (CHAGAS, 1989).

Finalmente, há que afirmar que todo este sistema de essência ainda medieval só foi revisto com a construção da Sé de Angra a partir de 1570 e ainda em construção no levantamento desenhado por Linschoten. Há pois que reafirmar a importância deste edifício como elemento verdadeiramente reabilitador da malha urbana de Angra, transformando a imagem da vila de fundação medieval na imagem de cidade pela integração na malha urbana de um eixo que até então lhe era lateral – a Rua da Sé.

Memória e Herança como conclusão

Angra beneficiou desde muito cedo no contexto do arquipélago de um sentido de capitalidade consequente ao nível da sua expressão material urbana, nomeadamente na arquitetura dos seus edifícios principais, mas também como neste estudo se analisou, na organização morfológica e funcional da sua malha, particularmente visível após a elevação a cidade e sede episcopal em 1534.

Contudo, Angra (como todas as cidades) não se fez num dia e a investigação tem revelado que a essência urbanística da cidade assenta em princípios bem mais antigos do que após um primeiro e breve olhar se pode julgar, e que por isso, na verdade, o seu carácter especial só pode ser devidamente entendido se, sem preconceito, se aceitar analisar o seu tecido urbano, bem como a cultura construtiva que a produziu, num quadro de continuidade histórica e não numa perspetiva de rutura e modernidade forçada, o que aliás nunca aconteceu (ROSSA, 2014). A interpretação apresentada sobre a forma urbana de Angra e sobre a sua evolução morfológica rompe com a historiografia tradicional, sem com isso retirar qualquer valor à cidade e património que representa – pelo contrário, enriquecendo-a com mais conhecimento próprio e por isso com conhecimento mais sustentável.

Para tal, nesta análise, recorreu-se a metodologias interdisciplinares, que sobrepuseram à leitura do espaço construído, expresso no cadastro desenhado, as diferentes camadas da história identificadas na restrita documentação coeva do processo fundacional. No processo de recolha de dados urbanísticos e fontes históricas, das leituras e (re)leituras da bibliografia previamente existente sobre Angra, foi-se construindo um quadro de análise que contrariava muita da narrativa existente sobre Angra, não só a construída localmente, mas também a que (muito bem) inclui Angra nos compêndios de história do séc. XVI, atribuindo-lhe (mal) uma posição de rutura que, numa acareação realista dos factos não se encontra. Nomeadamente desmentido a sua nomeação como o primeiro plano urbano renascentista português, facto que em grande medida argumentou a candidatura à UNESCO nos 80 (LEITE, 2014a).

A malha urbana é aliás um dos últimos redutos onde Angra encontra a autenticidade que os indicadores promovidos pelas teorias do património advogam. Em risco que está a paisagem urbana pela introdução de estruturas “dissonantes”, não obstante maior ou pior qualidade arquitetónica que individualmente os assiste, e, acima de tudo, pela rutura de escala de alguns elementos, e ainda pelo desprezo pelas proporções que têm ao longo de

séculos garantido equilíbrio e coerência ao conjunto, nomeadamente pela ocupação intensiva dos logradouros com construção.

Se a história se constroi com factos, a memória constroi-se de narrativas. Por isso só a construção ou recuperação de outras narrativas históricas poderá conduzir a uma nova atitude mais credível, mas também mais útil para a gestão herança que Angra representa no quadro das cidades porto do atlântico português Quinhentista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Ferrão. *A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XVI*. Museu. Porto: Publicação do Museu Soares dos Reis, IV série, n. 9, 2000.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel. Os homens que pagaram a rua nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista). *Revista de História*, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, v. VI, p. 7-96, fev. 1985.

ANDRADE, Amélia; ROSSA, Walter. La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones. In: TUDA RODRIGUEZ, Isabel; CORRALES GÓMEZ, Eva. *La Plaza en España e Iberoamérica – El Escenario de la ciudad*. Madrid: Museo Municipal de Madrid, 1998.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores* (com ensaio crítico de Manuel Monteiro Velho Arruda). 3 ed. Ponta Delgada, Portugal: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

BETRAN ABADIA, Ramón. *La Forma de la Ciudad: Las Ciudades de Aragón en la Edad Media*. Zaragoza, Espanha: Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragon, 1992.

CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CHAGAS, Diogo das (Frei). *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores* (direção e prefácio de Artur Teodoro de Matos). Angra do Heroísmo, Portugal: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais e Universidade dos Açores – Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso, 1989.

CONZEN, M. R. G. *Glossary of technical terms, Alnwick, Northumberland - A study in town-plan analysis*. London: Institute of British Geographers, 1969.

CORDEYRO, António (Padre). *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*. Angra do Heroísmo, Portugal: Secretaria Regional de Educação e Cultura (Edição fac-similada da 1. ed. de 1717), 1981.

COSTA, Adelaide Pereira Millán. *O 'refazimento' da Praça da Ribeira em finais de Quatrocentos: Um mercador e autarca dos séculos XV-XVI: O arquivo de João Martins Ferreira*.

Exposição comemorativa da classificação do Porto como Património Cultural da Humanidade. Porto, Portugal: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1996.

FERNANDES, José Manuel. *Angra do Heroísmo: Aspectos urbano-arquitectónicos*. Angra do Heroísmo, Portugal: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra*. 6 Livros (Direção de João Bernardo de Oliveira Rodrigues). Ponta Delgada, Portugal: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

GONÇALVES, Iria. Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa. In: GONÇALVES, Iria. *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais, Portugal: Patrimonia, 1996.

GREGÓRIO, Rute Dias. O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515), (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno). *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Portugal, Instituto Histórico da Ilha Terceira, v./ano LX, 2002.

GREGÓRIO, Rute Dias. *Terra e Fortuna nos Primórdios do Povoamento da Ilha Terceira (1450?-1550)*. Ponta Delgada, Portugal: Centro de História de Além-Mar, 2007.

LEITE, Antonieta Reis Praia: a Portuguese new town in the Atlantic. In: CASAMENTO, Aldo (Org.). *Fondazioni urbane*. Città nuove europee dal medioevo al Novecento. Roma: Edizioni Kappa, 2012.

LEITE, Antonieta Reis. História, origem e desvios. Angra do Heroísmo: 30 anos de Património da Humanidade. GERNER, Alexander; MERRIL, Roberto (Org.). *Caderno Mateus DOC 07 | desvio*. Lisboa: Instituto Internacional Casa de Mateus, 2014a, p. 123-136.

LEITE, Antonieta Reis. Regimentos de povoamento. In: SERRÃO, J. V.; MOTTA, M.; MIRANDA, S. M. (Org.) *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. 2014b. Disponível em: <10.15847/cehc.edittip.2014v083>.

LEITE, Antonieta Reis. *Açores Cidade e Território*. Quatro vilas estruturantes. Angra do Heroísmo, Portugal: Instituto Açoriano de Cultura, 2015a.

LEITE, Antonieta Reis. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do atlântico. As ilhas como laboratório. In: SERRÃO, José Vicente; DIREITO, Bárbara; RODRIGUES, Eugénia; MIRANDA, Susana Münch (Org.). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL, 2015b, p. 67-79.

LINSCHOTEN, Jan Huygen van. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas* (Edição de Arie Pos, Rui Manuel Loureiro). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

MALDONADO, Padre Manuel Luís (1644-1711). *Fenix Angrence* (transcrição e notas de Helder Fernando Parreira de Sousa Lima). Angra do Heroísmo, Portugal: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989.

MATOS, Artur Teodoro de. A Armada das Ilhas e a Armada da Costa (novos elementos para o seu estudo). In: *Memórias*. Lisboa: Academia de Marinha, 1985. v. XIV.

MATOS, Artur Teodoro de. Escala atlântica de referência. Entre a atalaia do oceano e a opressão dos naturais. In: MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis (Dir.). *História dos Açores*. Angra do Heroísmo, Portugal: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

MONTE ALVERNE, Frei Agostinho. *Crônicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vols. Ponta Delgada, Portugal: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988. v. III.

ROSSA, Walter; CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da; TRINDADE, Luísa. Raia e cidade. In: *Monmentos*. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2008. n. 28.

ROSSA, Walter. As cidades novas do universo urbanístico português. In: *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (colectânea de 14 textos reeditados e 6 inéditos). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade, 2014.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1999.

TRINDADE, Luísa. *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ANEXOS:

Fig. 1 – LINSCHOTEN, Jan Huygen van. A cidade de Angra na ilha de Iesv Xpo da Terceira Que Esta em 39 Graos, 1595, Torre do Tombo, PT-TT-CRT-196.



Fig. 2 - Planta toponímica de Angra.



Fig. 3 - Sobreposição da vista de Linschoten à cartografia atual.



Fig. 4 - Luísa Trindade, Urbanismo na composição de Portugal (2015).

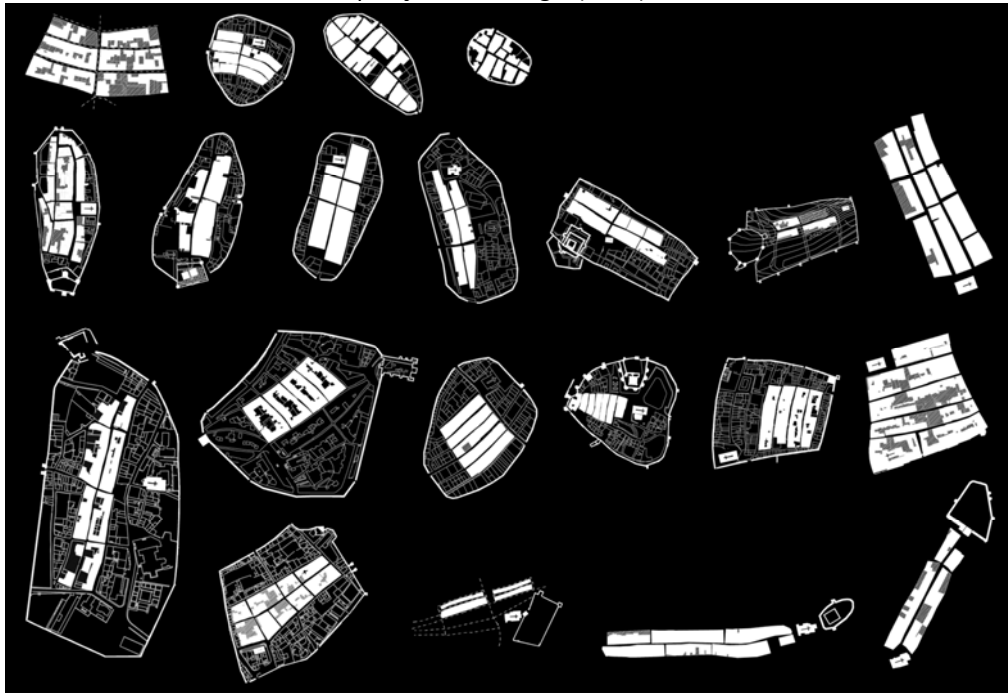


Fig. 5 - Núcleo fundado e bairros envolventes.

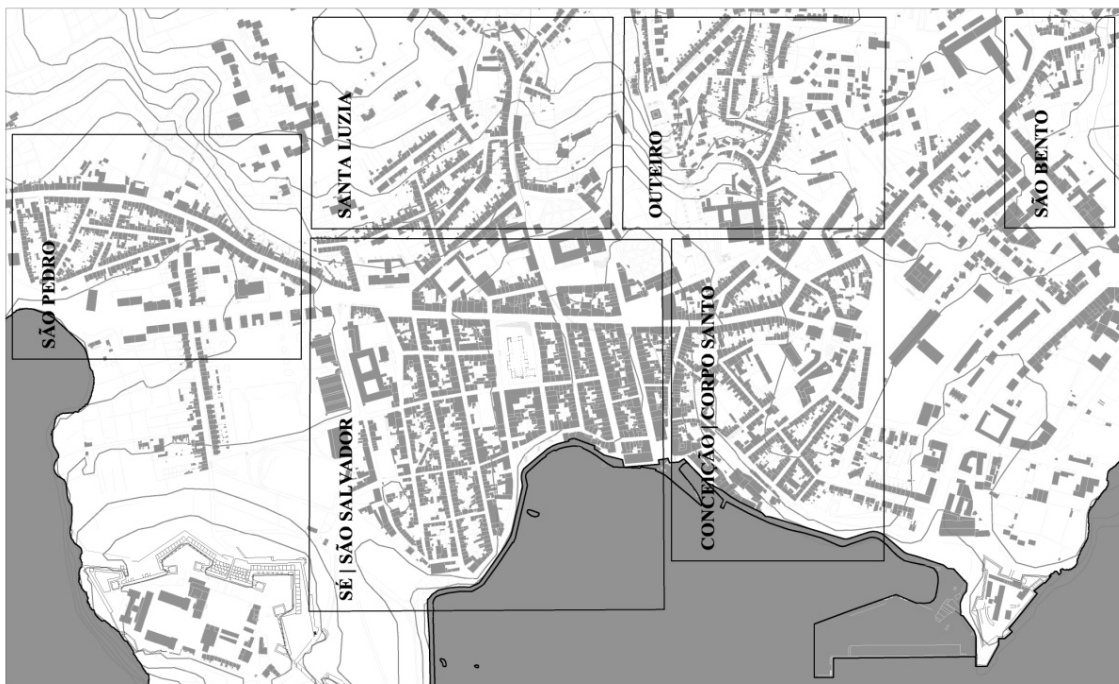
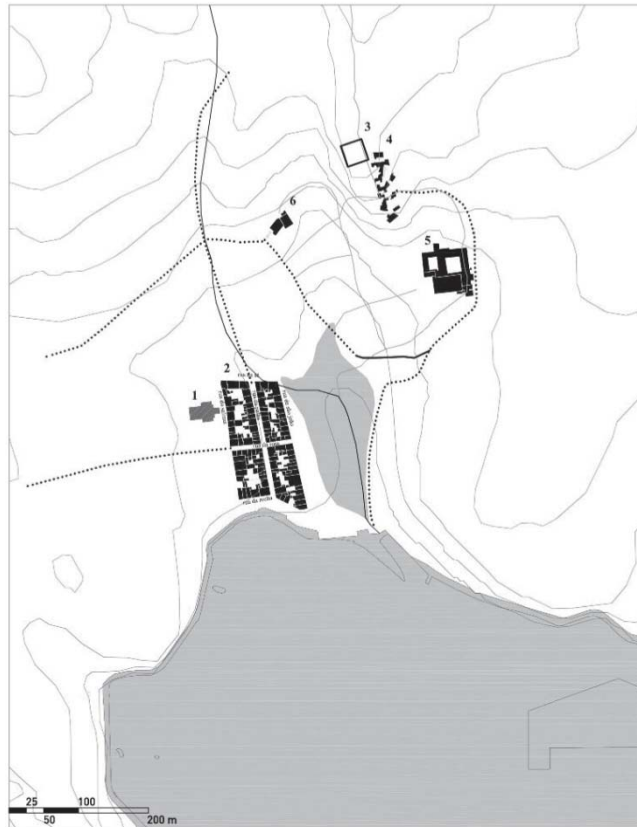


Fig. 6 - Reposição hipotética do primeiro plano.

1 - Igreja de São Salvador; 2 - Casario; 3 - Castelo dos Moinhos; 4 - Moinhos; 5 - Franciscanos; 6 - Casa do Capitão